

A AMBIGUIDADE FRENTE ÀS COLÔNIAS AFRICANAS DE PORTUGAL (1953-1985): ASPECTOS DEFINIDORES DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

Kamilla Raquel Rizzi¹
Patrick Bueno²

Introdução

A colonização portuguesa (séculos XVI a XIX) foi o primeiro elo estabelecido entre o Brasil e o continente africano, especialmente aprofundado pelo tráfico de escravos. Com a independência brasileira em 1822, bem como a extinção do tráfico de escravos no Atlântico, entre 1845 e 1850, gradualmente ocorreu um afastamento daquele continente, uma vez que o eixo da política externa imperial passou a direcionar-se ao Prata, ao sul e a Inglaterra e Europa ocidental, ao Norte do sistema mundial. Já no século XX, com as duas guerras mundiais, a criação das Nações Unidas e a Guerra Fria, a nova inserção brasileira se configurou de acordo com as oportunidades apresentadas nesse novo sistema mundial.

Objetiva-se, assim, analisar a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas. O problema de pesquisa consiste em identificar quais aspectos exerceram influência na definição da política africana do Brasil. Como questão geradora de pesquisa, supõe-se que o Brasil, desde a Política Externa Independente (PEI), com o discurso de não alinhamento às potências do sistema mundial e a identi-

¹ Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil. E-mail: kamillaraquelrizzi@gmail.com.

² Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, Brasil. E-mail: patrickbueno75@yahoo.com.br.

ficção com as teses Terceiro-mundistas e baseando na política dos “3Ds” (desenvolvimento, descolonização e desarmamento), sustentava o princípio anticolonial e era defensor da autodeterminação dos povos. No entanto, a ambiguidade se evidenciava no alinhamento político oficial com Portugal, devido ao Tratado de Amizade e Consulta de 1953.

Em 1974, essa ambiguidade oficialmente se encerrou, com as independências das colônias portuguesas na África e o reconhecimento dessas por parte do Brasil, dentro de uma matriz de política externa pragmática e universalista. Metodologicamente, a pesquisa é classificada como descritivo-explicativa em relação a seus objetivos e aplicou a abordagem quanti-qualitativa com o método hipotético-dedutivo, pois segundo Popper (1975), a ciência é hipotética e provisória, e não um conhecimento definitivo. A partir do problema de pesquisa identificado, foi formulada a questão geradora da pesquisa (hipótese), que por sua vez, foi testada por meio dos procedimentos de análise bibliográfica, documental de fontes primárias, secundárias e de imprensa. Após analisados os resultados, foi avaliada a questão geradora previamente elaborada, a qual foi corroborada.

De 1951 a 1964: da barganha nacionalista à PEI, nuances da política africana

A história brasileira é constituída também por aspectos das culturas e sociedades africanas, uma vez que a escravidão e o tráfico de escravos são dois dos vínculos responsáveis pela construção dessa relação, que durou do século XVI ao final do século XIX, dentro da lógica do sistema capitalista e da divisão internacional do trabalho, que enquadrava a colônia brasileira numa matriz de liberalismo europeia, baseada na monocultura de grandes extensões de terra. O afastamento brasileiro do continente africano, de sua independência até a primeira metade da década de 1940 reflete a soma de dois aspectos do processo histórico da política externa, conforme Saraiva (2012): o ideológico, marcado pelo papel da elite brasileira da época que buscava construir uma nação moldada de acordo com as “nações modernas e ocidentais”; por outro lado, o aspecto material, que se destacava pela irrelevância das relações econômico-comerciais com a África. Como complemento, é importante ressaltar que a política de dominação das potências coloniais impossibilitaram as relações internacionais do continente africano até aquele momento.

As mudanças domésticas e na estrutura do sistema mundial a partir do período Entre-guerras e no pós-Segunda Guerra Mundial levaram o Brasil a revisar o eixo de sua política externa, como resultado das alterações das possibilidades de inserção internacional do país. A Guerra Fria moldou o sistema mundial e a política externa brasileira esteve novamente vinculada a Washington durante o governo Dutra. O papel desempenhado por Raul Fernandes no Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi de cunho conservador e de uma profunda ligação aos interesses norte-americanos, os quais eram, muitas vezes, contraditórios aos interesses brasileiros. Por sua vez, Osvaldo Aranha, então presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas e chefe da delegação brasileira nas Nações Unidas notou que a política externa de aliado preferencial dos Estados Unidos pelo Brasil, não existia, visto que os interesses de Washington estavam direcionados para outras regiões do globo.

Na visão de Vizentini (2008), o segundo governo de Vargas representou uma ruptura com os aspectos diplomáticos do Governo Dutra, marcando o início de uma nova conduta para a política externa brasileira que atingiu seu apogeu em 1961, com a Política Externa Independente (PEI). Utiliza-se a ideia de Vizentini (2004b), ao analisar a PEI a partir de 1951, pois “...vincula-se estreitamente a um modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações, que, tanto em seus aspectos econômicos como político-diplomáticos, apresenta uma certa unidade entre 1951 e 1964” (VIZENTINI, 2004b, p. 31).

No entanto, os primeiros contatos com África, nessa nova etapa de aproximação, se deram no âmbito comercial-político, com o intuito de fortalecer a competição de produtos primários africanos e brasileiros no mercado internacional, especialmente a parceria comercial com a África do Sul. Segundo Penha (2011), as primeiras preocupações do Brasil com a África se agrupavam em três ordens: a econômica (pelos aspectos já mencionados), a política (no diálogo com Portugal e na criação da comunidade Luso-brasileira) e a estratégica (com o processo de descolonização da África, um espaço de interesse para atuação brasileira na região do Atlântico Sul).

A década de 1950 trouxe para o sistema mundial a pauta das lutas nacionais pela independência no continente africano. No Brasil, a modernização industrial e o crescimento urbano fizeram com que emergissem novos atores políticos e novas demandas, na consolidação do Estado Desenvolvimentista. A presença de uma emergente classe média e os interesses empresariais trouxeram novos aspectos para a política externa. O desenvolvimento como vetor ficou mais agudo neste período, sendo a diplomacia utilizada como instrumento útil para garantir novos espaços que favore-

cessem o investimento estrangeiro para o projeto nacional. No outro lado do Atlântico do Sul, ocorreria o florescimento do nacionalismo africano, fortalecendo-se com a identificação com o Terceiro Mundo. A Conferência de Bandung na Indonésia, em 1955, conforme Venâncio (2009), representou um impulso para a luta pela independência dos países africanos, bem como um encorajamento aos líderes dos movimento contra o colonialismo europeu e a inferiorização do homem negro. Posteriormente, em 1958, acontecia a I Conferência dos Estados Independentes da África, em Accra (capital de Gana), que retomou os princípios de Bandung, fortalecendo o apoio aos povos africanos ainda sob o regime colonial, do mesmo modo, alimentando a união africana (VENÂNCIO, 2009). Em 1963, a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) coroou esse movimento.

No segundo governo Vargas (1951-1954), notava-se evidentemente a política externa como instrumento de defesa nacional para atingir o projeto desenvolvimentista. Vargas encontrava-se numa posição limitada de manobras pelo contexto internacional. Por meio da barganha nacionalista, o Presidente buscou diversificar seus parceiros e o lugar da África na sua política pertencia ao conjunto de áreas menos desenvolvidas do sistema mundial. Porém, ressalta-se como importante a abstenção brasileira frente à descolonização da África. No entendimento de Vargas, o desenvolvimento das colônias ocorreria com a permanência da colonização e a regência de João Neves da Fontoura no MRE julgava as condições de desenvolvimento econômico na relação entre colônia-metrópole.

No entanto, com a reforma ministerial de 1953, a ideia da preservação dos interesses metropolitanos nas colônias africanas agudizou com a indicação do conservador udenista Vicente Ráo para o MRE. É neste momento que foram apresentadas as iniciativas por parte do Brasil e as últimas observações que se faziam necessárias para dar à luz o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Esse Tratado estabeleceria profundamente a ligação bilateral a partir da consulta mútua sobre assuntos de política internacional, com exceção das questões que afetassem aos territórios americanos e ibéricos. De acordo com Pinheiro (1989), haviam duas razões explicativas para esse apoio: de um lado, a existência de um *lobby* português na sociedade brasileira, representante dos mais tradicionais interesses portugueses, e, por outro lado, os interesses estratégicos de ambos os países sobre o Atlântico Sul (Pinheiro 1989 *apud* Rizzi 2014). Em complemento, segundo Cervo (2011):

[...] Seu intento maior consistia em dirimir o antagonismo entre os dois países em razão da incompatibilidade entre a política exterior brasileira, norteadada pelo desenvolvimento nacional e o lógico apoio à

descolonização, por um lado, e a opção externa portuguesa de manter seu colonialismo tardio, por outro. O tratamento exercerá, fundamentalmente, a função de perpetuar o sentimentalismo nas relações bilaterais (Cervo 2011, 48).

Para Portugal, o Tratado representou uma necessidade política de sustentar o regime de António de Oliveira Salazar, bem como reafirmação do status português no sistema mundial, pois já que as democracias saíram vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, convinha a países não democráticos como Espanha, Portugal e Brasil adaptar-se a nova ordem mundial de acordo com Ocidente. Para isso, Vargas convocou eleições e estabeleceu a democracia em 1945. Por sua vez, Salazar continuou mantendo seu regime. Porém, as dificuldades que Portugal encontrava para manter sua imagem no Ocidente, bem como para integrar-se às Nações Unidas levou a sua diplomacia a buscar mecanismos em favor da manutenção do seu status, buscou-se integrar às instituições multilaterais como a Organização do Atlântico Norte (OTAN) e estreitar as relações com países do Atlântico, como EUA e Brasil (Cervo 2011).

Portugal sentiu-se ameaçado pelo compromisso assumido pelas Nações Unidas a dar autonomia política aos povos submetidos ao domínio colonial (e pelo processo iniciado pelos ingleses de independência aos indianos), fatores que o levaram a preocupar-se com a manutenção de suas colônias na Ásia e na África. Por esse motivo, o Brasil passou a ser visto como aliado estratégico de Lisboa em termos de defesa ao seu império colonial. A partir desse contexto, a necessidade política de reatar os laços históricos e culturais Brasil-Portugal e a criação da comunidade luso-brasileira deram luz ao Tratado de 1953.

No governo Café Filho (1954-1956), a postura conservadora de Raul Fernandes no Itamaraty reorientou o eixo da política externa ao Norte, se reproximando aos EUA. No governo seguinte, de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a política externa foi caracterizada pelo nacionalismo associado ao capital estrangeiro. A África recebeu a discrição e o desinteresse brasileiro pelas suas lutas nacionais sob a efervescência de grandes mudanças no continente africano. Sua postura silenciosa frente à primeira nação independente da África subsaariana (Gana, em 1957), junto com os movimentos de independência que floresceram, representaram um despertar da África a partir da Conferência de Bandung, em 1955, o que seriam os primeiros passos que convergiriam, apenas em 1963, na criação da Organização da Unidade Africana (OUA).

A preocupação central, para Kubitschek, estava pautada sobre as relações econômicas que se desenvolviam entre a Europa e a África, sem levar em

consideração o status de superação ou não da situação colonial. Com a criação do Mercado Comum Europeu (MCE), em 1957, foi incorporada a cláusula que certificava a incorporação dos países africanos ao mercado europeu por meio da proteção de seus produtos. Para o Brasil, a participação indireta da África com o MCE se tornou uma ameaça comercial (Cervo, 2011). A inquietação dos formuladores da política externa brasileira baseava-se na desconfiança de que os financiamentos internacionais para o desenvolvimento de países como o Brasil fossem direcionados para a África, além de pautar-se na restrição dos produtos brasileiros ao MCE, pois o temor era de que os produtos africanos pudessem ser favorecidos (isenção de tarifas de comércio para os produtos africanos e baixo preço da força de trabalho africana). Além disso, Cervo (2011) menciona que, para o Brasil, a associação das economias africanas e europeias, por motivos preferenciais de comércio, poderia afetar o projeto de desenvolvimento brasileiro pela limitação de entrada dos produtos brasileiros ao mercado europeu. Ademais da criação do MCE com a associação africana, cogitou-se a possibilidade de ameaça dos investimentos norte-americanos e europeus no Brasil. Por isso, a possibilidade da Operação Pan-Americana (OPA) foi, em certa medida, uma resposta a essa conjuntura.

Em 1957, na IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil apoiou o projeto A/C.4/L.404, cujo conteúdo mencionava que as províncias ultramarinas portuguesas passariam a ser denominadas como territórios não autônomos, ainda pertencentes de Portugal. No entanto, essa postura não recebia o apoio unânime da sociedade brasileira e nem do próprio Itamaraty. Lideranças políticas e intelectuais defendiam a reaproximação da África, pois entendiam que as mudanças no sistema mundial exigiam uma reforma na formulação da política externa brasileira (Rizzi 2014).

A política externa no governo Jânio Quadros (1961), norteadas pelas diretrizes da PEI, tinha um discurso de não alinhamento às potências do sistema mundial, se identifica com as teses Terceiro-mundistas e sustentava o princípio anticolonial, sendo o Brasil defensor da autodeterminação dos povos. No entanto, aquela ambiguidade ainda se evidenciava no alinhamento político oficial Portugal-Brasil. Nota-se que a PEI é a fase de reintrodução da África na pauta externa e da gestação da política africana do Brasil, sendo também o resultado do processo de independência da maioria dos países africanos entre 1957 e 1960.

A reaproximação do Brasil com a África sustentava-se “...na ideia de que tanto o desenvolvimento econômico quanto a capacidade de exercer certa influência regional deveriam evoluir no mesmo sentido” (Penha, 2011, p. 151). As primeiras nuances da política africana do Brasil se baseavam

na busca de novos parceiros políticos e comerciais e proporcionou novas oportunidades de inserção internacional do Brasil. A estratégia usada para reposicionar o país no sistema mundial representou o estabelecimento de relações com países socialistas da Europa e da Ásia, do mesmo modo, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Cuba e a revisão das relações com os EUA. Sendo assim, a “África passou a ser visualizada como um novo espaço de exercício da influência brasileira na região do Atlântico Sul” (Penha 2011, p. 151).

As diretrizes da PEI representaram um marco na política externa brasileira, pois eram universalistas e não excludentes, visto que as novas possibilidades proporcionaram ao Brasil afirmar-se como ator influente no sistema mundial. Nesse sentido, se buscou utilizar a política externa como instrumento para a projeção internacional do país e os princípios que norteiam a PEI se definiram no nível econômico-político. A busca de novos mercados internacionais e intensificação das relações comerciais com outros parceiros levou a política externa como mecanismo para atingir o desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, no âmbito político, identificava-se o fomento do diálogo para soluções de conflitos, não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, autodeterminação dos povos e ênfase no Direito Internacional. O que se notou foi a tentativa de levar o Brasil a um nível de autonomia numa estratégia pragmática.

Em consonância com o que afirma Jaguaribe (1979), entende-se que o sistema mundial do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por relações em duas ordens, entre as superpotências (EUA e URSS), caracterizadas como complexas relações de cooperação e conflito e entre o centro e a periferia, dentro de cada sistema imperial. No nível de autonomia³ do sistema, esse baseia-se “em uma complexa rede de interesses inter-relacionados dentro de um enquadramento profundamente assimétrico, que privilegia o centro em relação a periferia” (Jaguaribe 1979, p. 95, tradução própria). Tal assimetria se baseava na superioridade econômico-tecnológica e político-militar dos EUA, que assegurava seus interesses no sistema mundial.

Quanto aos Estados, precisam de viabilidade nacional e permissibilidade internacional para deterem um maior grau de autonomia no sistema mundial. A viabilidade nacional está subordinada às circunstâncias histórico-geográficas e socioculturais e à disposição de recursos humanos e naturais (Jaguaribe 1979). Nesse sentido, verifica-se que o período estudado apresenta uma margem interessante de viabilidade nacional, com graus diferentes

3 Segundo o autor, o nível de autonomia só pode ser percebido claramente no âmbito do império norteamericano, órbita em que o Brasil se encontrava.

em cada governo. No governo Jânio (e posteriormente no governo Geisel), houve um elevado grau de viabilidade nacional, pois o Brasil apresentava uma economia em expansão.

A permissibilidade internacional, além de ser de especificação mais abstrata, aborda a capacidade interna e externa de neutralizar os riscos advindos de terceiros no sistema mundial (Jaguaribe 1979). Nota-se que a conjuntura da Guerra Fria ofereceu ao Brasil um relativo índice de permissibilidade internacional (entre 1961-63 e entre 1974-85, especialmente), dando margem para que o mesmo atuasse no sistema mundial questionando, em certa medida, a ordem vigente e as desigualdades entre os Estados centrais e periféricos.

Autonomia, viabilidade nacional e permissibilidade internacional são conceitos-chave no entendimento das características da política africana do Brasil, que surge em 1961 e se consolida na década de 1970. Foi o conjugado da análise entre as possibilidades e demandas internas com as possibilidades externas que identificaram, dentro de um padrão de conduta baseado nos “3Ds” de Araújo Castro, que fizeram superar os obstáculos dos aspectos formadores da política africana nesse período da Guerra Fria, dentro da consolidação do Estado Desenvolvimentista brasileiro.

O apoio brasileiro ao princípio de autodeterminação dos povos da África, bem como o uso da política externa como mecanismo da luta contra o racismo e o colonialismo não significaram a adesão do Brasil ao bloco Terceiro-mundista. Quadros argumentava que a política africana do Brasil seria uma “modesta recompensa” pelo imenso débito que o Brasil tinha para com os povos africanos. No entanto, o vácuo de poder deixado pelas potências coloniais foi visto como uma oportunidade de inserção do Brasil no continente africano.

Em termos de comércio exterior, os governos Quadros e Goulart optaram pela aproximação direta aos governos africanos. A principal preocupação era desfazer a imagem criada nas décadas anteriores sobre a concorrência desleal entre os produtos africanos e brasileiros no MCE⁴. As novas inclinações africanistas da diplomacia brasileira receberam forte oposição. No plano internacional, a política africana de Quadros recebeu a desaprovação

4 Segundo Penha (2011), o Brasil buscou regular suas relações com a África com as iniciativas: 1) o pedido brasileiro na Assembleia das Nações Unidas, em 1961 e 1962, de uma revisão da estrutura institucional do comércio internacional pois era injusta com os países em desenvolvimento. Os debates resultaram na Primeira Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento (I UNCTAD), em Genebra (1964). 2) a assinatura do Acordo Internacional do Café, implementado em 1963, para constituir uma política de controle de produção e promover exportação a preços lucrativos.

de Portugal, que a considerava contraditória aos interesses portugueses na África. As relações luso-brasileiras representavam o primeiro obstáculo para a política anticolonialista de Quadros. Entretanto, na XV Assembleia Geral das Nações Unidas fortaleceu-se a ambiguidade no discurso brasileiro. No primeiro momento, a delegação brasileira votou a favor do projeto “Declaração sobre Concessão da Independência aos Povos e Países Coloniais” apresentado por países asiáticos e africanos. Em contrapartida, o Brasil votou contra a Resolução que solicitava a Portugal a apresentação de informações sociais, econômicas e políticas sobre suas colônias. Além disso, foi ressaltado que o Brasil sempre defendeu a tese que tais territórios portugueses não eram dependentes, mas províncias de um Estado unitário (Brasil 1960, p. 14-15).

No plano interno, a União Democrática Nacional (UDN) e os militares não apoiavam a PEI, pois acreditavam que a política africana e o diálogo com os países do Leste Europeu e Cuba significassem um alinhamento com os regimes comunistas. É importante mencionar o papel do *lobby* português que questionava o governo brasileiro quando suas atitudes fossem contraditórias aos interesses de Lisboa, enfatizando os princípios da comunidade luso-brasileira.

Cabe ressaltar a relação bilateral com a África do Sul neste período, uma vez que esse país era parceiro comercial brasileiro. Por sua vez, Pretória pautava suas relações com Brasília sob um viés mais político-estratégico, uma vez que buscava apoio para sua inserção no sistema mundial. Segundo Penna Filho (2010), as relações Brasília-Pretória tiveram algumas implicações de ordem prática para o governo brasileiro. Em primeiro lugar, a ampliação do comércio exterior do Brasil no momento em que se iniciou o processo de industrialização. Em segundo lugar, a relação com a África do Sul representava uma oportunidade de projeção do Brasil sob uma região de peso estratégico. Em terceiro lugar, essa relação evidenciava o preenchimento de um vazio no campo das relações exteriores do Brasil após o seu afastamento da África. Porém, o autor ressalta dois eventos que foram responsáveis pelo esfriamento das relações entre Brasil-África do Sul: a ocupação ilegal sul-africana do Sudoeste Africano (atual Namíbia) e o regime de segregação racial. O posicionamento brasileiro frente à anexação do território do Sudoeste Africano foi desfavorável, pois o Brasil apoiava a independência dessa colônia junto às Nações Unidas.

A oportunidade que o Brasil teve de mostrar os princípios da PEI nas Nações Unidas ocorreu quando o tema tratado fora a questão angolana. No entanto, a ambiguidade e as dificuldades do Brasil em romper com os compromissos com Portugal eram perceptíveis. A guerra pela libertação

em Angola agudizou-se na década 1960, ganhando espaço nas discussões internacionais. Em 1961, o conflito foi levado às Nações Unidas pelos países africanos independentes. Em julho, Gana manifestou o fechamento de portos e aeroportos para embarcações e aviões portuguesas. Em seguida, Senegal divulgou o rompimento das relações diplomáticas com Portugal. Além dos países africanos, Inglaterra e EUA se posicionaram contra Portugal. Pelo lado brasileiro, quando o assunto era a problemática angolana, o país apresentava-se como um espectador silencioso, tomando a abstenção como voto nas Nações Unidas. Destaca-se aqui o discurso ambíguo de Afonso Arinos, o qual reproduzia o apoio a Portugal para liderar a independência angolana. No entanto, o voto favorável à Resolução nº 1.742 apresentada nas Nações Unidas por iniciativa de 44 países afro-asiáticos, tinha como objetivo a criação de instituições sob o poder do povo angolano. Esse episódio demonstrou o descumprimento com Portugal, bem como o voto à gradual independência de Angola. Tais ações por parte de Arinos refletiam os valores anticolonialistas que orientavam a PEI, mas receberam o questionamento do Senado.

O Governo de João Goulart (1961-1964) buscou aprofundar a PEI pela via multipolar, tentando articular diplomaticamente relações com pequenas e médias potências. A postura favorável à descolonização africana fora entendida, internamente, como uma brecha para a expansão do comunismo no território brasileiro, pois os movimentos de independência africanos eram vistos como frutos dessa ideologia. A PEI passou a ser questionada pelos conservadores e militares da sociedade brasileira, bem como receber coerção da diplomacia portuguesa e o Brasil vivia um momento de crise, com a PEI perdendo gradualmente sua efetividade. Posteriormente, o golpe militar, em 1964, fez com que a política africana e o discurso Terceiro-mundista fossem substituídos por uma concepção ideológica de combate ao avanço do comunismo.

De 1964 a 1985: do “alinhamento automático” ao “pragmatismo responsável” que consolidou a política africana

Conforme Rizzi (2014), a política africana, nos dois primeiros governos militares, tomou um viés mais conservador pró-Portugal sob uma visão geopolítica das relações com o continente; os seguintes governos, especialmente a partir de 1970, posicionaram a África na política externa brasileira, de certa forma sistematizando a futura presença brasileira nos Estados recém-independentes. Neste período, a política africana do Brasil não avançou

quando comparada ao período da PEI, porém não significou um abandono. Ocorreu, sim, a substituição da cooperação político-econômica por um aspecto geopolítico seguido do liberalismo associado do governo Castelo Branco sob viés da luta contra a ameaça comunista, que definem as novas diretrizes da política externa brasileira do período de 1964 a 1969.

A Diplomacia do Interesse Nacional do governo Castelo Branco (1964-1967) foi direcionada a uma reaproximação com os EUA, invocando um discurso mais atrelado a Portugal. De acordo com Penha:

O governo [...] insistia na ideia de que a política brasileira em direção à África deveria levar em consideração a tradicional afeição brasileira por Portugal e defendia a formação de uma comunidade afro-luso-brasileira como “primeira janela” para afirmar a liderança do Brasil no Atlântico Sul (Penha, 2011, p. 162).

A nova conduta aprofundou a atmosfera interna em que os movimentos de libertação africanos pareciam estar vinculados com o comunismo, identificando que a África do Sul era o único parceiro confiável. Criou-se, assim, um espaço triangular no Atlântico, onde as três capitais “livres” e ocidentais (Brasília-Lisboa-Pretória) construísem uma aliança contra a ameaça do comunismo nas demais nações africanas (Saraiva, 1996).

De acordo com Vizentini (2004a), a política africana no governo Castelo Branco caracterizava-se por dois impulsos: primeiro, uma saudação cordial às delegações do Terceiro Mundo nos fóruns mundiais; e a busca por novos mercados. No entanto, tais impulsos foram anulados pelo ocidentalismo e pelos compromissos com a ex-metrópole, pois os estrategistas brasileiros temiam a instalação de regimes comunistas na costa atlântica da África. A solução adotada foi romper-se o discurso diplomático do governo anterior, bem como estreitar-se o laço com Portugal, apoiando o colonialismo português como melhor forma de impedir a instalação de regimes comunistas.

Nesse sentido, a ambiguidade do governo Castelo Branco para África estava na condenação do domínio colonial, com apoio incondicional às posições do governo Salazar e por outro lado, condenando o regime do *Apartheid*, considerando a África do Sul como principal parceiro econômico na África subsaariana. Entretanto, segundo Penha (2011), a explicação poderia estar na postura brasileira de manter o alinhamento ideológico com os EUA. Essa

ambiguidade diminuirá gradualmente, de acordo com o aumento da influência brasileira no Atlântico Sul⁵.

A “Diplomacia da Prosperidade” do governo do General Arthur da Costa e Silva (1967-1969) significou a retomada gradual da matéria do desenvolvimento e a adoção de um viés multipolar para a diplomacia, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul, anteriormente evidenciado na PEI. A política africana seguia os interesses econômico-comerciais de conquistar novos mercados e de suprir a demanda nacional de petróleo. Nota-se a consolidação das percepções geopolíticas, pois “[...] tratou-se de manter a influência brasileira no Atlântico por meios econômicos e por uma política pacífica, sem a interferência direta de poderes externos e sem os pactos de segurança coletivos” (Saraiva 1996, p. 128-129).

A inserção do Brasil foi marcada no governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) pelos novos parceiros comerciais, resultado da consolidação de um novo olhar para a África. A política externa esteve orientada para os objetivos de uma nova inserção de potência regional, na qual o Atlântico Sul foi incorporado como um espaço facilitador para as navegações, bem como um ambiente geoestratégico para o desenvolvimento nacional, isso porque “[...] os temas da segurança subordinaram-se aos do desenvolvimento” (Saraiva 1996, p. 130).

Cabe ressaltar que a distância Natal-Dakar foi mencionada durante o governo como um fator de fácil comunicação com o continente africano – a distância de 1.600 milhas permitia construir corredores marítimos comerciais, possibilitando ações de intercâmbio por custos menores. Além disso, outra medida estratégica foi a extensão do mar territorial brasileiro para a faixa de 200 milhas náuticas, em 1970. Conforme Saraiva (1996), o envolvimento dos países africanos da costa atlântica no consentimento da decisão do governo Médici foi outra finalidade dessa medida. Em 1968, o ministro do MRE, Magalhães Pinto, anunciou que a sociedade brasileira, bem como o seu governo repudiavam a questão da discriminação racial na África do Sul e no mundo, em complemento, ressaltou que o governo apoiava todos os esforços à luta contra a discriminação racial na África. Nota-se uma importante mudança de postura, uma vez que o governo Castello Branco não se pronunciou sobre assuntos africanos.

No sistema mundial, o anticolonialismo era percebido por duas formas: “[...] as metrópoles pregavam que os países coloniais deviam primeiro

5 A 1ª missão brasileira comercial para a África Ocidental (1965) visitou Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim. Em 1966, a 2ª missão percorreu pela África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e Costa do Marfim.

desenvolver-se para depois obter a independência, enquanto as colônias argumentavam que antes do desenvolvimento vinha a independência” (Vizentini 2004a, p. 178). Para Dávila (2010, 4), a descolonização mudou esse cenário moldado pela diáspora africana, além de ter um impacto significativo no pensamento brasileiro e suas conexões com o projeto de desenvolvimento nacional. Em seu sentido mais amplo, isso transformou as respostas do Estado brasileiro à Guerra Fria, criando um espaço para os diplomatas brasileiros em propor alternativas para a lógica de uma “cortina de ferro” dividindo Leste e Oeste. Pelo lado brasileiro, haviam os atritos com Portugal, EUA, potências coloniais europeias e África do Sul, os quais exerciam um bloqueio ao desenvolvimento da diplomacia brasileira para a África. Nas Nações Unidas, Brasília votou junto a Lisboa na questão das províncias ultramarinas, bem como Washington, Londres, Madrid e Pretória.

No entanto, o Brasil preferiu adotar uma postura silenciosa. Entretanto, Geisel e Delfim Neto, respectivamente presidente da Petrobras e ministro da Fazenda, sugeriram a entrada brasileira no continente africano por meio das Províncias Ultramarinas portuguesas, adotando um caminho diverso:

Separar o *Portugal metropolitano*, com quem se buscava o desenvolvimento de relações bilaterais, intercâmbios culturais e comerciais, convenção sobre de direitos e deveres, do *Portugal colonialista*, com quem o Brasil deveria evitar envolvimento político, militar ou comercial, e a quem se deveria negar o apoio à tese da ficção jurídica das províncias ultramarinas (Vizentini, 2004a, p. 179).

Com os efeitos da relação Brasil-Portugal, o discurso brasileiro foi marcado pela ausência do termo “províncias ultramarinas”, evitou-se empregar tal expressão nos documentos oficiais e planos comerciais. Além disso, o Brasil esquivou-se da consulta a Portugal na exploração do petróleo angolano, bem como na abertura de redes comerciais entre Angola e Moçambique. A viagem (1972) sob a liderança do chanceler Mario Gibson Barboza foi alvo de oposição portuguesa e sofreu internamente a divergência entre o Ministério da Fazenda, cujo desejo era a aproximação com as colônias portuguesas e o Itamaraty, que direcionava-se preferencialmente aos países independentes⁶.

Logo, os anos 1970 representaram uma inserção aprofundada do Brasil na África, diferenciando-se dos anos anteriores, em que o discurso baseava-se na solidariedade entre os povos. Neste momento, o continente

⁶ Abrangeu Costa do Marfim, Senegal, Gana Togo, Daomé (Benin), Nigéria, Camarões, Zaire e Gabão.

passou a representar o espaço estratégico-comercial para a expansão dos produtos brasileiros, bem como para o intercâmbio de petróleo. Com as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, segundo Rizzi (2014, 83), esse produto era “o primeiro responsável pela atração que a África exercia sobre o Brasil, devido às necessidades energéticas brasileiras”. Por esse motivo, a manobra brasileira foi aproximar-se de novos parceiros: Angola, Nigéria, Gabão, Congo e Zaire. Esse é o ponto-chave da política africana do Brasil, viabilidade nacional e permissibilidade internacional.

O comércio com a África do Sul continuou, porém o Brasil se posicionava gradualmente contra o *Apartheid*. As relações Brasil-Portugal continuaram a ser privilegiadas, quando em maio de 1973, Médici visitou Portugal. Todavia, a contradição na postura brasileira nos foros internacionais manteve-se, ao passo que o Brasil foi, aos poucos, sistematizando sua posição contra o colonialismo e o racismo. Foi percebida tal postura na XXVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972, onde o Brasil foi favorável à adoção da Resolução 2.278, cujo propósito era considerar legitimamente os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Cabo Verde/Guiné-Bissau (Rizzi 2014).

O “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” do Presidente Ernesto Garrastazu Geisel (1974-1979) lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprofundando o processo de industrialização por substituição de importações. A diversificação das relações internacionais do Brasil solidificou-se; com o Chanceler Antônio Azeredo da Silveira, a matéria da descolonização africana foi inserida na pauta, pois sua gestão buscava “harmonizar os interesses nacionais” (Azeredo Da Silveira, 1974a *apud* Rizzi, 2014) com os países africanos. Em 1974, Azeredo da Silveira expôs a nova política brasileira para a África, baseada em três aspectos:

a) incremento da cooperação, na modalidade Sul-Sul, em proveito do desenvolvimento mútuo; b) respeito aos princípios da soberania e autodeterminação dos Estados e da independência econômica das sociedades; c) repulsa ao colonialismo e à discriminação racial, com apoio à independência da Namíbia e ao governo de maioria negra do Zimbábue [...] e aos novos Estados lusos independentes (Cervo & Bueno 2008 p. 422).

Importante destacar, como segmento nas trocas comerciais Brasil-África durante as décadas de 1970 e 1980, que a venda de armas brasileiras tornou o Brasil o grande fornecedor de armas para o continente africano, tanto pela capacidade na produção bélica que o país passou a desenvolver, e especialmente, pela denúncia do Tratado de Amizade e Consulta de 1977, com os EUA (conforme Penha, 2011). A partir de 1974, quando a indústria

bélica brasileira avançou, essa reconheceu espaços para exportar, cujo destino principal foi a Nigéria (principalmente), seguido por Gabão, Marrocos, Sudão, Burkina Fasso e Zimbábue. Porém, o problema gerado foi a suposta inconveniência para alguns setores referente à exportação dos outros bens industriais, porém, “[...] a verdade é que a politização da venda de armas no período nunca se comprovou, exceto mais tarde (1988), no caso da pressão norte-americana contra a venda de um bilhão de dólares em armas do Brasil à Líbia” (Penha 2011, p. 173).

O desejo de alterar a posição do país na hierarquia do sistema mundial levou a substituir a ideologia de “perigo comunista” e a “segurança ocidental” por uma estratégia de aproximação à África, visto que o continente foi incorporado na “renegociação da dependência” do Brasil diante à economia mundial, em especial, frente aos EUA. Logo, percebe-se que a inserção brasileira no Atlântico Sul, por meio da política africana, não fomentava a luta ideológica contra o comunismo mas, sim, alimentava a conquista dos futuros mercados (Saraiva 1996).

O discurso ideológico português de “missão civilizatória” e “lusotropicalismo” manteve-se com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano em 1968. Porém, a Revolução dos Cravos em abril de 1974 representou o fim daquela “missão”, sendo o seu maior resultado a independência das colônias portuguesas na África. Ademais, “estava encerrada a posição ambígua que por mais de 20 anos aproximou e distanciou o Brasil da África, numa política oscilante” (Rizzi 2014, p. 84).

Embora em novembro de 1973 o Brasil tenha sido o único país do Terceiro Mundo que, na ONU, não votou à favor a independência bissau-guineense, em 16 de julho de 1974 o Brasil finalmente reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau declarada unilateralmente em setembro de 1973. O ano de 1975 foi marcado por grandes mudanças: o Brasil instalou uma Representação Especial em Luanda em março e oficializou outra em Maputo – que não chegou a ser aberta; em 25 de junho, Moçambique proclamou sua independência⁷; Cabo Verde, em 05 de julho; São Tomé e Príncipe, em 12 de julho. Posteriormente, o país foi o primeiro a reconhecer a independência da República Popular de Angola sob o governo do Movimento para a Libertação de Angola, em 11 de novembro de 1975. Conforme Rizzi (2014, p. 85), “... esse prestígio para com as independências de todos os PALOP deve ser interpretado com parte da estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do Primeiro e Terceiro Mundo”. Para Penha (2011), o reconhecimento dos governos marxistas de

7 O Brasil não foi convidado a participar na festa da independência moçambicana.

Angola e Moçambique significou uma ruptura da concepção ideológica que conduzia a política externa para o Atlântico Sul e África, sendo assim, o início de uma nova etapa da política africana. Após esses reconhecimentos, o Presidente Geisel e o Itamaraty foram criticados por parte da imprensa, da sociedade civil, opinião pública e militares. Essa postura não influenciou apenas na política africana brasileira, mas teve consequências positivas nas relações com o Terceiro Mundo, além de o país se desvincular da imagem de apoio ao colonialismo português e consolidar sua política africana.

Com respeito à política africana do Governo João Baptista Figueiredo (1979-1985), essa representou a continuidade desde o governo Geisel. De acordo com Cervo & Bueno (2008), de um lado, a África representava uma alternativa frente ao protecionismo e às barreiras alfandegárias pelos países ricos e suas exportações, e, por outro lado, o Brasil significava para África, uma nova fonte para fornecimento de bens e serviços, substituindo sua independência das ex-metrópoles. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar a África entre 14 e 21 de novembro de 1983 (Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Argélia).

Nesse contexto, a política africana se consolidou durante o governo de Figueiredo, sistematizando um “pioneirismo-reciprocidade-respeito” (Saraiva Guerreiro *apud* Rizzi 2014), com um olhar preferencial aos países de língua portuguesa, sem negligenciar as outras regiões africanas. Ressalta-se que neste período, as relações econômicas e de cooperação se intensificaram. A década de 1980 foi caracterizada por mudanças no sistema mundial e no âmbito interno, com efeito, o Chanceler Ramiro Saraiva esforçou-se por manter a autonomia do Brasil através de uma política externa universalista, sustentando os princípios do Pragmatismo Responsável.

Apesar dos efeitos da “década perdida” e da guerra na África Austral, a política africana do Brasil seguiu uma linha de atuação nos campos político, econômico e cultural, destacando-se a aproximação com Angola e a crítica ao *Apartheid*. É interessante esclarecer que a cooperação econômica com os parceiros africanos exportadores de petróleo deu-se pelo expediente do *countertrade*, visto que esse método é preferido quando há escassez de divisas e excedentes em bens e serviços entre os parceiros comerciais.

A relação Brasília-Pretória na década de 1970 caracterizou-se pelo distanciamento e na década de 1980, por um quase congelamento. Segundo Penna Filho (2011), alguns fatores explicam: o primeiro deve-se ao encerramento da contradição da política africana do Brasil após a descolonização portuguesa que impulsionou a tomada de decisão; o segundo, a crítica da comunidade internacional frente ao regime do *Apartheid*, sobretudo dos paí-

ses afro-asiáticos; o terceiro, a diversificação de parceiros comerciais na década de 1970. Concorde-se que a aproximação com Pretória estava “baseada num cálculo estratégico de relações comerciais e econômicas”, tornando-se um “pragmatismo consciente” (Penna Filho 2001, p. 81).

O impulso das relações com a África, legitimado por laços culturais, permitiram a conquista de novos mercados, visto que o continente era primordial para o projeto de desenvolvimento nacional, dado pela categoria de menor desenvolvimento relativo dos países africanos. Além disso, propiciou o surgimento de parcerias técnicas⁸ que engajassem transferência de tecnologia, formação de recursos humanos e a possibilidade de assegurar ao Brasil produtos primários. Merece destaque a abertura dos países africanos à entrada de empresas brasileiras prestadoras de serviços, em especial aquelas voltadas à construção de obras públicas e de infraestrutura, bem como de exploração de petróleo (Santana 2003).

Como verificou-se, desde 1974, não haveria mais como sustentar uma política ambígua que tratasse de sustentar os laços sentimentais com Portugal e a tentativa de aproximação dos povos africanos. As crises do petróleo, a Revolução dos Cravos em Portugal e suas consequências nas relações Brasília-Lisboa, as mudanças ocorridas no sistema mundial, bem como a eficácia do método do “pragmatismo ecumênico e responsável” de Geisel proporcionaram ao Brasil uma mudança de posicionamento mais ativa e autônoma no continente africano.

Conclusão

Buscou-se verificar que a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas entre 1961-1985 se evidenciava no alinhamento político oficial entre Portugal e Brasil, devido ao Tratado de Amizade e Consulta, de 1953. Após a aplicação do método hipotético-dedutivo e das análises, corroborou-se a questão geradora de pesquisa e conclui-se que os aspectos que exerceram influência na definição da política africana do Brasil foram o Tratado de 1953 e as relações com a África do Sul. Concorde-se aqui com Saraiva, quando ressalta que o Brasil possuía inicialmente duas políticas africanas: de um lado, havia a “política geral de aproximação” ao continente, cuja vertente baseava-se na solidariedade política à descolonização, e, por outro lado, havia a “política de admissibilidade da

⁸ O Brasil passou a assinar Acordos gerais de cooperação com todos os PALOP e boa parte dos países africanos, a partir de então.

continuação do colonialismo para o caso das colônias portuguesas na África” (Saraiva 1996, p. 88). Identifica-se que o apoio brasileiro ao colonialismo português estabeleceu um bloqueio inicial desde a década de 1950 para consolidar sua política africana, que vai se formando à medida que a pauta africana aumenta progressivamente na agenda externa do Brasil (política e comercial).

Em complemento, concorda-se com Penna Filho (2010), que identifica que os dois obstáculos para o desenvolvimento da política africana eram o apoio brasileiro ao colonialismo português, já comentado, e as relações com a África do Sul, por sua política de segregação racial: tanto Portugal quanto África do Sul não eram aceitos pela maioria dos Estados africanos, resultando assim, uma dificuldade de aproximação do Brasil aos governos africanos. Como verificou-se, somente com o fim do processo da descolonização portuguesa na década de 1970, o Brasil se projetou para África sob um viés pragmático e autônomo. A conjuntura internacional permissível da primeira metade da década de 1970 e a viabilidade nacional permitiram ao país finalizar a ambiguidade no momento em que as independências das colônias portuguesas na África ocorreram oficialmente. Adicionalmente, também compreende-se que a política africana se consolida justamente no momento em que os aspectos político-estratégicos da África e do Atlântico Sul são incorporados plenamente à política externa brasileira, em um processo de mão dupla e complexo.

A consolidação da África na agenda da política externa brasileira nas décadas de 1970 e 1980 foi fruto da ruptura ideológica que passou a ter cada vez menos peso na inserção internacional do Brasil, das possibilidades internas e internacionais causadas pela crise do Petróleo de 1973. Esse período representou uma inserção aprofundada do Brasil na África, diferenciando-se dos anos anteriores, em que o discurso baseava-se na solidariedade entre os povos. Até o final do Regime Militar, o continente africano passou a representar um espaço estratégico-comercial para a expansão dos produtos brasileiros, formatando a política africana do Brasil.

Logo, entende-se que essa ambiguidade entre o discurso e a prática da política externa do Brasil resultou na formação de um perfil específico da política africana, onde Portugal e os PALOP, e a África do Sul continuam a deter papel protagonista, pelos motivos anteriormente identificados. Em seguida, nota-se como resultado da política africana que na década de 1980, o Brasil se projetou assertivamente no Atlântico Sul, objetivando tornar essa área uma zona livre de tensões bipolares, pelo mecanismo autônomo sem a interferência das grandes potências, com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) em conjunto com países lindeiros.

Essa proposta brasileira na Assembleia Geral das Nações Unidas revelou a importância que o Brasil dava aos países africanos recém-independentes e aos vizinhos sul-americanos. Observa-se, ainda, que a política externa brasileira para o Atlântico Sul foi mapeada por tons geoestratégicos, pois a garantia de um espaço de cooperação multilateral onde o escoamento de produtos energéticos tornou-se vital aos interesses brasileiros. Assim, a política africana do Brasil é resultado das possibilidades internas conjugadas aos desafios do sistema mundial, ocasionando uma pauta permanente da política externa brasileira e uma tomada de decisão mais consistente e pragmática, que se manteve com momentos de avanços e recuos desde então.

Referências

- Arinos, Afonso Filho. 2001. "Diplomacia independente – Um legado de Afonso Arinos". São Paulo: Paz e Terra.
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Relatório, de 1952 a 1961.
- Cervo, Amado Luiz, 2011. "A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal". Belo Horizonte: Fino Traço.
- Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. 2008. "História da política exterior do Brasil". Brasília: Editora Universidade de Brasília. 3 ed.
- Dávila, Jerry. 2010. "Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950-1980". Durham: Duke University Press.
- Jaguaribe, Helio. 1979. "Autonomía periférica y hegemonía céntrica". Estudios Internacionales, [s.l.], v. 12, n. 46, p.91-130, 1979. Available from: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16458>> Accessed in: 15 mar. 2019.
- Penna Filho, Pio. 2010. "A parceria sul-africana no contexto das relações Brasil-África". In: Visentini, Paulo G. Fagundes and Analúcia Danilevicz Pereira (Orgs). África do Sul: História, Estado e Sociedade. Brasília: FUNAG/CESUL.
- Penna Filho, Pio. 2011. "África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)". Revista Brasileira de Política Internacional, n. 44(1), p. 69-93.
- Filho, Pio Penna; Lessa, Antônio Carlos Moraes. 2007. "O Itamaraty e a África: as origens da política do Brasil". Estudos Históricos, Rio de Janeiro n. 39, p. 57-81.

- Penha, Eli Alves. 2011. "Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul". Salvador: EDUFBA.
- Popper, Karl R. 1975. "Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária". São Paulo: Itatiaia: EDUSP.
- Rizzi, Kamilla Raquel. 2014. "O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974-2010)". Porto Alegre: Leitura XXI.
- Santana, Ivo de. 2003. "Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990". Brasília: Revista Brasileira de Política Brasileira de Política Internacional, vol. 4 n. 2.
- Santos, Luís Cláudio Machado. 2011. "As Relações Brasil – Portugal: Do Tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953- 1975)". Universidade de Brasília: Brasília.
- Saraiva, José Flávio S. 1996. "O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira". Brasília: EdUnB.
- Saraiva, José Flávio S. 2012. "África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI". Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço.
- Venâncio, José Carlos. 2009. "O fato africano: elementos para uma sociologia da África". Lisboa: Bertrand.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2004a. "A política do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)". Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2 ed.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2004b. "Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente". Petropolis, RJ: Vozes.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2008. "Relações do Brasil: de Vargas a Lula". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 3 ed.

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a ambiguidade entre o discurso político e a prática externa brasileira frente às colônias portuguesas no período entre o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, passando pela Política Externa Independente (PEI) e o Regime Militar (período total de 1953 a 1985). Metodologicamente, a pesquisa utiliza a abordagem quanti-qualitativa aplicando o método hipotético-dedutivo, ao passo que se classifica como descritivo-explicativa quanto aos objetivos. Em relação aos procedimentos, utilizou-se a revisão bibliográfica, a análise documental de fontes primárias, secundárias e de imprensa. Identifica-se, como questão geradora, que o apoio brasileiro ao colonialismo português estabeleceu um bloqueio inicial para consolidar sua política africana, que vai se formar progressivamente à medida em que a pauta africana aumenta na agenda política e comercial do Brasil na década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE

Política Africana do Brasil; Colônias portuguesas; Descolonização.

Recebido em 23 de maio de 2019

Aceito em 20 de agosto de 2019